



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Qualidade de vida nas prisões: estudo comparativo entre reclusos nacionais e estrangeiros

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

-Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

Por

Tanya Monita Areias Areosa

Sob Orientação de

Doutora Raquel Matos

Faculdade de Educação e Psicologia

Porto, Julho 2014

AGRADECIMENTOS

Ao longo do meu percurso nesta etapa, tenho de agradecer o companheirismo e profissionalismo de todos aqueles que contribuíram para a concretização desta etapa, permitindo-me chegar a esta meta.

À Doutora Raquel, um agradecimento especial pela orientação, paciência, disponibilidade e profissionalismo durante este ano lectivo, dando-me sempre a força necessária para seguir em frente.

Agradeço especialmente à minha mãe, por todo o amor, por acreditar e ter orgulho, bem como por todos os esforços que fez para que todas as etapas fossem concretizáveis. A ti o meu muito obrigado por tudo.

Ao André pelo carinho, compreensão, encorajamento e por estar presente em todas as dificuldades e vitórias ao longo destes cinco anos de curso, bem como dando a força necessária para nunca desanimar, realçando sempre o meu esforço e dedicação.

À minha família, irmãs, cunhados, tios e avós por demonstrarem orgulho e preocupação em cada momento.

Aos meus amigos, em especial à Barbara pela entreaajuda, companheirismo, amizade e apoio incondicional ao longo desta etapa, tao importante para ambas.

RESUMO

A prisão é um lugar de cumprimento de pena, com medidas privativas de liberdade (Rego, 2004) que visa a reeducação, ressocialização e reintegração na sociedade dos indivíduos que cometeram crimes, sendo por isso essencial uma boa qualidade de vida durante esse período. A criminalização dos imigrantes influencia a caracterização dos estabelecimentos prisionais, visto que se traduz na sobre-representação desta população no sistema de justiça penal. Há dimensões essenciais para o estudo da percepção de qualidade de vida em detenção que se relacionam com a depressão, stresse, isolamento e qualidade das relações Bosworth e Kelezzi (2012).

O presente estudo visa compreender se há diferenças entre reclusos nacionais e estrangeiros relativamente à percepção de qualidade de vida na prisão, realçando a qualidade das relações e os cuidados prestados no Estabelecimento Prisional (EP). A abordagem metodológica é quantitativa, recorrendo-se ao teste *Mann-Whitney* para analisar as diferenças entre os dois grupos considerados.

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre reclusos nacionais e estrangeiros no que concerne à qualidade das relações com o *staff prisional*, apresentando os reclusos estrangeiros percepção de menor qualidade de vida. Relativamente aos cuidados prestados pelo EP face a situações de vulnerabilidade como por exemplo ser cidadão estrangeiro ou ter experiência de vitimação.

ABSTRACT

Prison is a place of imprisonment, with custodial measures (Rego, 2004) aimed at reeducation, resocialization and reintegration of individuals who committed crimes society and is therefore an essential good quality of life during that period. The criminalization of immigrants influences the characterization of prisons, as is reflected in the over-representation of this population in the criminal justice system. There are essential dimensions for the study the perception of quality of life relating to arrest depression, stress, isolation and quality of relations Bosworth and Kelezzi (2012).

This study aims to understand if there are differences between portugueses prisoners and foreign to perception of quality of life on prison inmates, enhancing the quality of relationships and care of EP. The method was based on the quantitative perspective, using the Mann-Whitney test for differences noted. It was concluded that there are significant differences between the two groups regarding the quality of relationships with prison staff, inmates presenting foreign perception of lower quality of life. Relation to care provided by EP vulnerability in the face of explicit, there is only significant difference with regard to victims of domestic violence and also the difficulties of those who do not speak Portuguese.

Índice

I.	Introdução	1
II.	Artigo Científico	3
1.	Introdução	3
1.1.	Estrangeiros e crime: percepção social e criminalização	7
1.2.	Reclusão de cidadãos estrangeiros	5
1.3.	Qualidade de vida na população reclusa	7
1.3.1.	Percepção dos reclusos acerca da qualidade de vida.....	8
2.	Método	9
2.1.	Amostra	10
2.2.	Instrumento.....	11
2.3.	Procedimentos	12
3.	Resultados	13
3.1.	Análise psicométrica do Questionário Qualidade de vida em detenção.....	13
3.2.	Caraterização das dimensões.....	13
3.3.	Comparação entre grupos.....	16
3.3.1.	Qualidade das relações	16
3.3.2.	Cuidados do EP face vulnerabilidade explícita	18
4.	Discussão.....	25
5.	Referências bibliográficas:	22
III.	Conclusões	24
IV.	Referências Bibliográficas:	26

I. Introdução

A prisão é um lugar de cumprimento de pena, sob privação de liberdade (Rego, 2004), que visa a reeducação, ressocialização e reintegração na sociedade dos indivíduos que cometeram crimes. Desta forma, os valores e a rotina do recluso dentro do Estabelecimento Prisional diferem dos que encontra fora de muros, tornando o EP e a sociedade exterior os dois mundo diferentes (Barreto, 2006).

O presente estudo visa compreender a percepção dos reclusos estrangeiros e nacionais relativamente à qualidade de vida em detenção. Para atingir este objetivo é necessário ter em conta a nacionalidade estrangeira e a sua correlação com o crime, devido à frequente criminalização das pessoas de nacionalidade estrangeira (Matos et al, 2013).

Na literatura é referenciado não existir correlação entre imigração e crime, contudo a criminalização desta população é algo presente na nossa sociedade (Guia, 2010a). A comunicação social, por vezes, indicia os estrangeiros como culpados de crimes, mesmo que essa ligação não esteja comprovada, aumentando assim o sentimento de ameaça e conceção de inimigo da sociedade perante esta população.

Há diversos estudos que tentam retratar a população reclusa, tendo em conta as penas, os tipos de crimes ou a sua nacionalidade (e.g. Seabra e Santos, 2006). No entanto, a percepção de qualidade de vida em detenção e as suas dimensões, ainda não foram aprofundadas no nosso país na vertente da Psicologia da Justiça. Há investigações na área da saúde, instrumentos já validados que tendo em conta o nosso objetivo, não seriam apropriados.

No Reino Unido foi realizado um estudo, visando a percepção de qualidade de vida em detenção, tendo como população alvo os estrangeiros detidos em centros de detenção de imigrantes. Bosworth e Kelezzi (2012) concluíram que há dimensões essenciais para o estudo desta percepção, que estão relacionadas com a depressão, stresse, isolamento e qualidade das relações.

A qualidade das relações é um fator psicológico inerente a diversos estudos (e. g. Bento, 2012; Barreto 2006), pois torna-se a base de convivência ao longo da detenção. A sensação de vigilância, o poder disciplinar e o medo da reação dos guardas prisionais são fatores que oprimem o indivíduo (Barreto, 2006), o que influencia a recetividade de

relações de poder em ambientes prisionais, tornando uma consequência de ordem psicológica (Bento, 2012).

Por outro lado, as relações com o *staff* prisional, podem ser o suporte para o cumprimento de pena. Num estudo de Matos e Machado (2007) ao reconstruírem as histórias de vida de reclusas, estas referiram episódios marcados pela positividade, onde o *staff* prisional é a referência de suporte. Contudo, no mesmo estudo, apurou-se que esta realidade, quando não relacionada com a vida em reclusão, evidencia-se com contornos menos positivos das relações estabelecidas ao longo do tempo, sejam outras reclusas, guardas ou o *staff* prisional.

A qualidade de vida em detenção, como referido anteriormente, baseia-se em diversos fatores. Nesse sentido, há alguns conceitos que não estando diretamente ligados é importante serem referenciados para uma maior compreensão, como por exemplo a cultura prisional e a adaptação ao meio prisional, isto porque estas duas realidades influenciam a qualidade das relações.

Esta investigação é relevante na medida em que contribui para o conhecimento científico sobre uma realidade pouco estudada, a qualidade de vida de reclusos de nacionalidade estrangeira. Com os seus resultados, espera-se contribuir para que novos estudos venham a ser realizados, colmatando a lacuna na literatura científica sobre esta problemática.

II. Artigo Científico

1. Introdução

Nas últimas décadas, a imigração tornou-se um fenómeno mais visível em vários países incluindo Portugal (Gomes, 2012). O aumento dos fluxos migratórios tem sido correlacionado com as alterações no campo da criminalidade que se podem relacionar com a fragilização destas comunidades (Guia, 2013). Desta forma, a questão da discriminação dos imigrantes e membros de minorias étnicas no sistema judicial e na sociedade em geral tem vindo a adquirir especial proeminência (Fonseca, 2008).

Por isso, neste artigo iremos refletir sobre algumas perceções sociais por parte da população, que podem influenciar a concretização de crimes. Assim analisados estes fatores passaremos para a ‘sobre representação’ da população estrangeira nos estabelecimentos prisionais. Seguidamente e de forma a focalizar o objeto em estudo, apresentaremos o estado de arte face à qualidade de vida em prisões e a perceção que os reclusos têm da mesma.

1.1. Estrangeiros e crime: perceção social e criminalização

Nos países em que a imigração mais se faz sentir, sempre que há aumento da visibilidade do crime, os imigrantes são os primeiros a ser declaradamente acusados, sobretudo nas notícias que ressoam nos meios de comunicação social, independentemente da corroboração da sua culpabilidade (Guia, 2010a). O nosso país é um exemplo desse panorama, uma vez que a influência dos *media* contribui para uma opinião pública repleta de preconceitos, associando a imigração ao crime (Guia, 2013).

Estudos sobre a perceção acerca dos imigrantes revelam que para a população portuguesa estes constituem uma ameaça à segurança (Fonseca, 2008). Assim este fenómeno surge frequentemente associado ao conceito de ‘inimigo’ sendo percecionado com toda a negatividade relacionada com essa conceção (Guia, 2010b), o que posteriormente influencia as políticas de imigração, tornando-as mais limitativas (Bauer et. al., 2000 *cit in* Guia, 2009).

Gomes (2011) refere que a inadequação de tais discursos e representações sociais tem de ser aferida e evidenciada, não só através da incidência percentual, bem como através da confrontação da criminalidade entre os grupos e das causas que subjazem a criminalidade. Tendo isto em conta, Bianchi (2008) levou a cabo uma investigação em Itália, concluindo que o aumento de 1% da população imigrante se encontra associado ao aumento de 0,1% do total de crimes (*cit in* Guia, 2009). Por outro lado num estudo

norte-americano é referido que a imigração não só não contribui para o aumento da delinquência, como também é um fator da descida da criminalidade violenta (Guia, 2010a). Estes estudos comprovam que o aumento de imigrantes não significa diretamente aumento de criminalidade no país, visto não haver uma correlação direta. Não devendo desta forma associar pessoas de nacionalidade estrangeira com o comportamento delituoso.

Contudo, a criminalização desta população ocorre há bastante tempo, o que se pode dever a diferentes fatores tais como por exemplo o facto de na Europa as práticas policiais, judiciais e penais serem aplicadas de forma mais rígida quando se trata de pessoas imigrantes, podendo-se falar de um processo de ‘criminalização dos imigrantes’ (Wacquant, 1999). Por outro lado, o menor conhecimento da lei portuguesa e a dificuldade em obter boa defesa (Esteves & Malheiros, 1999), bem como a falta de apoio podem levar alguns cidadãos para o mundo do crime (Guia, 2013), influenciando desta forma o resultado final do julgamento em tribunal (Esteves & Malheiros, 1999). Assim, os grupos minoritários caracterizados por elevadas taxas de criminalidade e reclusão advêm de indicadores de diferença, nomeadamente social, económica e cultural (Fonseca, 2008), o que não significa uma criminalidade mais elevada nesta população.

Relativamente aos indicadores de ordem económica que possam sustentar a relação imigração – crime, nomeadamente as teorias económicas do crime, apontam algumas considerações pelas quais a imigração pode estar relacionada com a delinquência, nomeadamente a diferença de oportunidades, discrepâncias nas probabilidades de condenação e do tempo respetivo, bem como a facilidade ou não em aceder a uma boa defesa durante o processo de julgamento (Becker, 1986; Ehrlich, 1973; Tonry, 1997 *cit in* Guia, 2010c). Por outro lado a diferença de oportunidades, o facto de alguns imigrantes apenas conseguirem empregos não qualificados ou até como trabalhadores ilegais (Esteves & Malheiros, 1999) é uma das razões enunciadas, bem como viverem em locais de privação social, onde o controlo policial é maior (Fonseca, 2010), integrando-se assim nos estratos mais baixos da população portuguesa (Seabra, 2004). É de salvaguardar, que segundo Tonry (1997) alguns imigrantes anseiam um futuro com mais possibilidades, por isso trabalham afincadamente, mantendo-se longe de experiências criminais (*cit in* Guia, 2010c).

1.2.Reclusão de cidadãos estrangeiros

A criminalização dos imigrantes influencia a caracterização dos estabelecimentos prisionais, visto que se traduz na sobre representação desta população no sistema de justiça penal, isto porque nos países europeus o desemprego e a precariedade profissional são severamente julgados pelo tribunal a nível individual (Esteves & Malheiros, 1999; Wacquant, 1999). Para além deste motivo, o tráfico de droga é outro fator relacionado com este fenómeno (Esteves & Malheiro, 1999), uma vez que é um crime bastante punido (Fonseca, 2008).

A sobre representação também pode ser devido aos estrangeiros terem um risco acrescido de fuga e por isso serem mantidos em regime fechado (Hostettler & Achermann, 2008), sendo esta aplicação superior à população reclusa portuguesa (Seabra & Santos, 2006). Consequentemente, a criminalização em alguns países também se deve ao facto de infrações na entrada ou na permanência no país de destino por parte da população imigrante, aumentando assim o número de reclusos estrangeiros (Guia, 2010c). Uma forma de combater esta situação, segundo Wacquant (2008) é a alteração das políticas criminais, ou seja, a tentativa de controlo do sentimento de insegurança social através do fortalecimento de penas para transgressões mais graves e a suavização de penas para os pequenos delinquentes, evitando as penas de prisão e substituindo-se por outras sanções (*cit in* Guia, 2009).

Para que o fenómeno em estudo seja compreendido pensamos ser essencial enunciar alguns estudos referentes à população reclusa, comparando os estrangeiros e os portugueses, uma vez que a diferença entre a representatividade dos não-nacionais na população portuguesa e a percentagem que representam na população reclusa, no nosso país é evidente (Fonseca, 2008), sendo no entanto o quarto país mais baixo da União Europeia nesta situação (Seabra, 2004).

Num estudo longitudinal, Seabra e Santos (2006) compararam a representatividade de reclusos nacionais e não-nacionais. Assim de 1994 a 2003 o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português passou de 991 para 2145, sendo um crescimento de 116% superior ao aferido na população de reclusos em geral, resultando por isso num aumento da proporção de estrangeiros neste universo de 9,6% em 1994 para 15,7 % em 2003. Num outro estudo, Guia (2010c) obtém a mesma conclusão, ou seja ocorreu um acréscimo de 84% na população imigrante, ao passo que o número de portugueses foi descendo gradualmente, aumentando por isso a proporção destes reclusos (Fonseca, 2010). Tendo em conta as estatísticas prisionais da Direção de

Reinserção Social e Serviços Prisionais, relativas a Dezembro de 2012, constata-se que havia cerca de 10429 reclusos sendo que 2427 eram de nacionalidade estrangeira.

A população estrangeira no contexto prisional é caracterizada essencialmente por pessoas oriundas do país africano (Seabra & Santos, 2006; Fonseca, 2010), em 2003 esta população agregava 43,5% do total dos reclusos estrangeiros (Seabra & Santos, 2006), estes autores enunciam ainda um fator importante a ter em conta, a naturalidade dos reclusos, visto que 5,1% dos reclusos de nacionalidade portuguesa nasceram num país estrangeiro, bem como 1% dos estrangeiros se encontra naturalizado como português.

Relativamente aos crimes cometidos, Esteves e Malheiros (1999) referem o tráfico de droga como responsável pela presença de 38, 1%, especificamente este crime é quase o dobro nos reclusos estrangeiros comparativamente aos portugueses (47, 5% e 24,3%, respetivamente) (Seabra & Santos, 2006), sendo que entre a população imigrante mais de metade é condenada por este crime (51,4%) (Guia, 2010c).

Tendo isto em conta, há um aspeto a salientar, a forma como a condenação e as penas podem levar à desigualdade entre as populações reclusas, isto porque embora predomine a multa tanto junto dos estrangeiros (65,2%) como dos portugueses (69,8%), é na prisão não substituída e não suspensa (vulgarmente denominada prisão efetiva) que se detetam as maiores divergências de valores, tendo os estrangeiros praticamente o dobro das condenações a pena de prisão efetiva (15,9% contra 8,1% dos portugueses) (Seabra, 2004), bem como na duração média das penas de prisão efetiva pudemos observar discrepâncias, sendo os estrangeiros condenados, ao longo de todo o período analisado, a penas mais longas (Seabra & Santos, 2006; Fonseca, 2010). Enfim, a ausência ou a fragilidade da inserção profissional na detenção prolonga a duração efetiva da reclusão diminuindo suas oportunidades de beneficiar de uma redução de pena ou de uma liberdade condicional ou precipitada (Wacquant, 1999). É de ressaltar que este aumento tem, no entanto, que ser contextualizado, na medida em que as alterações ao Código Penal (Declaração de retificação nº73^a/95, de 14 de Junho) se traduziram num menor número de reclusos por penas mais leves e na manutenção dos que cumprem penas mais altas, fazendo assim aumentar a proporção de condenados por crimes violentos (Guia, 2010a). Uma forma de combater esta situação é que o princípio da igualdade de tratamento de todos os reclusos seja respeitado, devendo também refletir sobre a forma de melhor compensar a desigualdade de cenários que os reclusos enfrentam após a libertação (Hostettler & Achermann, 2008).

Devido a estas desigualdades enumeradas pelos diferentes autores, pensamos ser pertinente a compreensão da percepção que os guardas prisionais têm das diferentes populações reclusas estrangeiras, nomeadamente os reclusos do Leste, os PALOPs e a etnia cigana. Um estudo levado a cabo por Gomes (2011) retrata de forma resumida as caracterizações por parte dos guardas destas nacionalidades constatando que dentro dos estabelecimentos prisionais masculinos parece haver uma ambivalência no que diz respeito não só àquilo que é percecionado sobre o comportamento dos reclusos dos diferentes grupos, havendo características que são mais expressas do que outras, mas mesmo essas são aparentemente opostas e são transversais a todos os estabelecimentos prisionais masculinos.

Para os guardas prisionais e elementos da direção dos estabelecimentos prisionais, os contextos sociais e económicos pré-prisionais são fundamentais para explicar o crime nos grupos apontados, por outras palavras os correios de droga dão-se por forma a resolver problemas económicos no país de origem e, no caso dos ciganos, as suas condições efetivas de vida, como a baixa escolaridade e ausência de competências profissionais que os desvinculem à venda ambulante, fazem com que a venda de droga se afigure como uma alternativa alcançável (Gomes, 2012).

1.3. Qualidade de vida na população reclusa

A qualidade de vida vai resultar das sucessivas interiorizações que os indivíduos fizeram das percepções que tiveram no seu quotidiano (Cuervo-Arango, 1993 *cit in* Mestre, 2000). Assim sendo, é de ter em conta que a Qualidade de vida é uma variável multifatorial que tem por base quatro dimensões, nomeadamente o funcionamento físico e ocupacional, o funcionamento psicológico, a interação social e as sensações somáticas (Schipper, Chinch e Powell, 1990 *cit in* Mestre, 2000). Relativamente ao funcionamento psicológico é necessário ter em conta a vida em reclusão, uma vez que é nesse quotidiano que estas variáveis vão surgindo, visto que dentro da prisão os reclusos crêem numa subcultura que dirige e regula as suas vidas em três aspetos determinados: a relação entre eles, a administração da prisão e as visitas, na medida em que se trata de indivíduos que, na maior parte dos casos, provém dos estratos mais desfavorecidos da população geral, com modos de pensar e agir determinados pelas vicissitudes culturais e económicas próprias dessas camadas sociais, tendo de se adaptar à cultura prisional (Gomes, 2012).

A cultura prisional abrange diversos fatores, no entanto os autores não são unânimes na especificação destes. Segundo Silva (2012) os fatores principais são a aceitação do papel de subordinado, acumulação de informações sobre a prisão, novas formas de vestir, dormir, a utilização do calção prisional, bem como fatores de personalidade, a sua maior ou menor rede de sociabilidade externa à prisão, a aceitação ou não da subcultura carcerária. Esta aceitação varia consoante as visitas, suporte social, estilo administrativo, autocontrolo, programas reabilitativos e mecanismos de *coping* (Moreira, 2012). É de salientar que as perceções relativas à adaptação ao contexto prisional podem diversificar, ou seja, as diferenças das opiniões da população vigilante e da população reclusa poderão ser explicadas por um lado pelas características daquela amostra em particular, e por outro, pela conceptualização do que um recluso bem adaptado deve apresentar.

De uma forma geral, na literatura encontrada, surgiram algumas limitações apontadas no estudo deste fenómeno, tais como a dispersão dos grupos de nacionalidade estrangeira em Portugal tendo vindo a ganhar evidência, mas os trabalhos coletam situações muito específicas que não permitem, ainda, uma imagem global deste fenómeno emergente (Fonseca, 2008), bem como o contacto, mesmo superficial, com as organizações sindicais ou com as associações que intervêm no sector, tais como atividades associativas promovidas institucionalmente, como sejam comissões de reclusos e jornais de prisão, mostram possuir fortes limitações, em qualquer dos casos, à livre expressão dos sentimentos, pensamentos e interesses representados, e mais ainda à sua publicitação (Dores, 2000), dificultando a perceção do reclusos face às situações.

Por fim, há alguns bloqueios no ensino e na formação profissional em muitos casos quer pelas administrações prisionais, quer pelos próprios reclusos, sendo apenas uma forma de ocupação durante o período de reclusão, tendo por isso a intervenção uma taxa de sucesso ainda reduzida (Gomes, Duarte & Almeida, 2003).

1.3.1. Perceção dos reclusos acerca da qualidade de vida

Por outro lado, num estudo de Novais, Ferreira e Santos (2010) os reclusos têm diferentes perceções relativamente ao suporte existente intra-prisão, tendo sido encontradas três grandes categorias, nomeadamente o bom relacionamento com todos os elementos, relacionamento saudável apenas com alguns indivíduos e por fim, reclusos que consideram não se sentirem apoiados por ninguém, sejam eles outros reclusos ou guardas prisionais. Neste âmbito, os autores concluem que há diferenças quanto às

dimensões abordadas no modo como cada recluso transita de um meio livre para um meio fechado e o modo como se ajusta ao estabelecimento prisional, como por exemplo o seu estado de saúde, a abordagem que cada recluso sente que a própria instituição faz no seu acolhimento, as características individuais de cada um, a sua história e situação familiar, estratégias adotadas no tempo de encarceramento e a resiliência de cada apoiada nos planos futuros que apresentaram.

Desta forma, tendo sido apontado pelos autores anteriormente referidos o estado de saúde como um dos fatores a ter em conta na adaptação ao meio prisional, pensamos ser relevante referir que esse estado está inerente à percepção de qualidade de vida de cada recluso, uma vez que se pauta pelas pessoas apesar de viverem num ambiente objetivo e concreto podem percebê-lo de modo subjetivo, como por exemplo os julgamentos, crenças e valores pessoais ditam quais são os juízos de satisfação e de bem-estar percebidos (Cuervo-Arango, 1993 *cit in* Mestre, 2000).

Desta forma e mediante algumas das limitações apresentadas, o presente estudo visa comparar a qualidade de vida percebida pelos reclusos estrangeiros e nacionais, enfatizando a qualidade das relações com o staff e os cuidados do EP face à vulnerabilidade explícita.

2. Método

Este estudo tem como objetivo geral comparar a percepção de qualidade de vida em reclusão, de cidadãos estrangeiros e de cidadãos nacionais nas prisões portuguesas. Foram formulados três objetivos específicos, nomeadamente:

- a. Traduzir e efetuar a análise psicométrica de um questionário de qualidade de vida em detenção, originário do Reino Unido;
- b. Compreender se a percepção da qualidade das relações difere entre reclusos nacionais e estrangeiros;
- c. Compreender se a percepção dos cuidados prestados pelo EP é diferente entre reclusos nacionais e estrangeiros.

A investigação é quantitativa na sua abordagem metodológica, constituindo-se como um estudo descritivo de comparação de grupos (Ribeiro, 1999). Os dois grupos que se pretende comparar distinguem-se pela nacionalidade dos reclusos (variável independente). Como variáveis dependentes foram definidas duas dimensões da percepção da qualidade de vida: a percepção da qualidade das relações e a percepção dos cuidados prestados no EP.

2.1.Amostra

O processo de amostragem foi não probabilístico. Optou-se por uma amostra de conveniência, uma vez que a participação no estudo carecia da disponibilidade de cada EP, bem como dos reclusos, subdividindo-se em dois grupos, reclusos estrangeiros e nacionais.

No Estabelecimento Prisional 1 participaram 146 reclusos nacionais e 21 estrangeiros, enquanto no Estabelecimento Prisional 2 participaram 4 reclusos de cada grupo, por fim no Estabelecimento Prisional 3 responderam 18 reclusas portuguesas (Gráfico 1). Perfazendo assim uma amostra de 168 reclusos nacionais (87,6%) e 25 de nacionalidade estrangeira. Analisando de forma pormenorizada, 2.6% são romenos, 1.6% de nacionalidade espanhola e os restantes subdividem-se em diferentes nacionalidades, nomeadamente Colombiana, Brasileira, Holandesa, Búlgara, Cabo Verdiana, georgiana, Venezuelana, Moldava, Alemã e Angolana.

Tendo em conta os objetivos do estudo, para além da comparação nas dimensões anteriormente mencionadas, propusemo-nos a caracterizar a população reclusa, relativamente à sua situação jurídica, tipo de crime e idade. Sendo estes itens de grande importância na literatura, visto que por vezes diferem consoante a nacionalidade do indivíduo.

Assim, dos 193 sujeitos 80.3% encontra-se a cumprir prisão efetiva e os restantes 19.7% em prisão preventiva. Devido ao n dos grupos ser desproporcional, não é possível tirar conclusões válidas sobre a representação de cada um perante esta variável, no entanto sabemos que 15 estrangeiros estão condenados e 10 em prisão preventiva, sendo por isso 60% da população estrangeira a cumprir pena efetiva, enquanto na população portuguesa cumpre 83% do grupo.

Relativamente ao tipo de crime pelo qual cumprem pena, os três mais representativos da amostra total referem ao tráfico de estupefacientes (29.5%), furto (8.3%) e roubo (7.3%). Sendo estes também os mais indicados em cada grupo. No que concerne ao crime pelo qual aguardam julgamento o tráfico de estupefacientes é o que apresenta valores mais elevados (5.2%), seguido de roubo, e equitativamente violação, abuso sexual e associação criminosa. Especificamente em cada grupo, a associação criminosa é primeiramente realçada pelos estrangeiros sendo o tráfico em segundo. Por outro lado, em reclusos portugueses o tráfico é o crime pelo qual mais pessoas aguardam julgamento seguidas do roubo. É de ter em conta, que estas divergências

podem estar enviesadas pela diferença do número de participante em cada grupo, como referenciado anteriormente.

Por fim, a idade varia entre os 21 e 80 anos, estando 34.5% com idades compreendidas entre os 31 e 40 anos, 26.7% dos 41 aos 50, 26.2% dos 20 aos 30 e por fim, 12.6% com idade superior a 50 anos. Sendo que os reclusos estrangeiros têm maior realce até aos 30 anos.

2.2.Instrumento

No presente estudo foi utilizado um instrumento que permite responder às questões de investigação, designando-se “Questionário de Qualidade de vida em detenção”, tendo sido traduzido do questionário “ Measure of Quality of life in detention” de Alison Liebling (Bosworth & Kellezi, 2012). Este questionário é constituído por duas partes, apresentando uma série de questões relacionadas com a imigração, a saúde mental, bem como formas de lidar com a detenção avaliando assim diferentes variáveis, como por exemplo demográficas, história de prisão e estado da imigração, dependência, tratamento por parte dos guardas prisionais, tratamento por parte dos outros reclusos, bem como qualidade de vida, entre outras (*idem*).

Este é um instrumento de autorrelato, sendo composto por uma primeira parte com questões abertas e uma segunda com afirmações onde o entrevistado tem de responder segundo uma escala de Likert de 1-6, variando entre o “Concordo totalmente” e “discordo totalmente”, havendo ainda a opção de “não sei/não aplicável” (Bosworth & Kellezi, 2012)

Tendo em conta o objetivo do estudo, apenas foi utilizado a segunda parte do instrumento, sendo realizadas as diversas alterações no mesmo, nomeadamente a adaptação à população em reclusão, bem como a tradução para Português, tentando não perder o sentido das questões com as diferenças linguísticas.

Posto isto, foram construídas diversas versões, para o nosso estudo serão utilizadas duas versões, especificamente a versão B para reclusos nacionais e versão C para reclusos estrangeiros, diferenciando-se em 7 itens, tendo em conta a perspetiva da população reclusa nacional à estrangeira ou às situações diferentes consoante o processo (judicial ou de imigração), havendo por isso ajustes à população a que se destinava. Exemplo disso é a questão 34 que na versão B refere “Não sei o que está a acontecer com o meu processo judicial” enquanto na versão C é “Não sei o que está a acontecer com o meu processo de imigração/pedido de asilo”.

Esta escala avaliava originalmente 12 dimensões - humanidade, decência do *staff*, confiança na imigração, justiça nos processos de imigração, reclusos, cuidados na vulnerabilidade, relações, cuidados de saúde, comunicação, isolamento, angústia e drogas – e 5 itens desagregados e outros que não foram contemplados na análise.

2.3.Procedimentos

A recolha de dados realizou-se em estabelecimentos prisionais do Norte do país entre Fevereiro 2014 e Maio de 2014, após autorização pela Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais. Foram assinados consentimentos informados enfatizando os objetivos e procedimentos do estudo, a confidencialidade e anonimato garantido e por fim, a possibilidade de desistência sem qualquer dano. Por constrangimentos associados ao funcionamento do contexto prisional, num dos estabelecimentos a recolha efetivou-se com mediação do contexto escolar, enquanto nos outros EPs, foram recolhidos presencialmente e de forma individual.

Após a recolha dos dados e, com auxílio do suporte informático IBM-SPSS 20, passamos à sua introdução e seguidamente ao seu tratamento com base numa série de operações estatísticas.

Tendo em conta as operações estatísticas, em primeira instância, houve a necessidade de recodificar algumas variáveis, invertendo alguns itens, de forma a estarem em concordância de sentido e ainda para ser mais fácil a compreensão das operações seguintes, nomeadamente as estatísticas descritivas de caracterização da amostra.

Feita a caracterização da população, passamos à comparação das perceções, classificando qual era a nossa variável dependente e independente. De forma a perceber qual o melhor teste a utilizar, é essencial apreender se as variáveis seguiam uma distribuição normal para saber se seriam utilizados paramétricos ou não-paramétricos.

Para testar a normalidade, foi realizado o teste *Kolmogorov-Sminorv*, o qual indicou que não seria possível utilizar estatística paramétrica, tendo sido por isso optado por utilizar o Teste *Mann-Whitney* para amostras independentes, é de ressaltar que o n de um dos grupos é inferior a 30, dificultando assim a normalidade da amostra. Tendo em conta a análise posterior de item a item, uma vez que as variáveis são ordinais, este teste também foi utilizado.

3. Resultados

A apresentação dos resultados começa pela análise psicométrica do instrumento, seguindo-se a caracterização e a descrição das dimensões encontradas através da realização de análises fatoriais e por fim a comparação dos grupos de reclusos nacionais e estrangeiros.

3.1. Análise psicométrica do Questionário Qualidade de vida em detenção

Inicialmente foi realizada uma análise fatorial e análises de consistência interna (Alpha de Cronbach), uma vez que se pretendia adaptar um questionário do Reino Unido para a população portuguesa. Desta forma, foi realizada a análise com o mesmo número de fatores proposto pelos autores do questionário original (Bosworth & Kelezzi, 2012), ou seja, 12 elementos, sendo estes a humanidade, decência do *staff*, confiança na imigração, justiça nos processos de imigração, reclusos, cuidados na vulnerabilidade, relações, cuidados de saúde, comunicação, isolamento, angústia e drogas.

Contudo, os coeficientes Alpha de Cronbach eram baixos em alguns desses fatores, tais como 0.280 na comunicação, 0.451 na justiça nos processos de imigração, 0.473 nos reclusos e 0.476 no isolamento. Por este motivo, não foi possível adotar as dimensões estudadas originariamente.

Foram realizadas análises fatoriais posteriores visando encontrar um número de fatores mais ajustado, nomeadamente 12, 8, 5 e 6 fatores. No entanto, os itens agrupados em termos de conteúdo não eram coerentes, havendo dimensões muito fortes e outras nas quais eram impossíveis dar-lhes um nome.

Decidiu-se então retirar itens que não constituíam análise no estudo de Bosworth e Kellezi (2012), especificamente os que não integravam nenhuma dimensão, bem como os itens que não foram tidos em conta na análise dos autores. Realizado o processo novamente foram obtidas 6 dimensões, apresentando coeficientes de consistência como 0.911, 0.717, 0.748, 0.611, 0.626 e 0.223, respetivamente. Demonstrando assim, que os itens dos 3 últimos fatores não se correlacionavam da melhor forma.

3.2. Caracterização das dimensões

Perante os resultados encontrados até ao momento e tendo em conta os objetivos em estudo, optou-se por analisar apenas as duas primeiras dimensões, fazendo os ajustes em termos de conteúdo dos itens das mesmas. Assim a primeira dimensão apresenta um Alpha de 0.902 enquanto a segunda 0.747, sendo valores elevados.

Relativamente à primeira dimensão, categorizou-se como qualidade das relações, sendo composta por 18 itens, realçando as percepção das relações que os reclusos vão mantendo tanto com os guardas como com os funcionários do estabelecimento, agrega ainda itens que se pautam pelos cuidados sentidos ao longo do cumprimento de pena, participando nesta dimensão 177 indivíduos. Por outro lado, a segunda dimensão, os cuidados do EP face à vulnerabilidade subdivide-se em 8 itens, ressaltando os itens que referem os cuidados que o estabelecimento presta em situação de vulnerabilidade explícita, como por exemplo vítimas de tortura ou violência doméstica, bem como toxicodependentes, respondendo a esta dimensão 183 indivíduos. A constituição das dimensões está retratada nas tabelas seguintes (Tabela 1 e 2):

Tabela 1: Dimensão Qualidade das relações

Qualidade das relações	
1.A maioria dos guardas são amáveis comigo	3.A maioria dos funcionários demonstra preocupação e compreensão comigo.
6. Neste estabelecimento preocupam-se comigo.	7. A maioria dos guardas dirige-se e fala comigo com respeito
9. A maioria dos funcionários trata com respeito e ouve atentamente.	10.Tenho sido ajudado/a significativamente por um/a guarda, devido a um problema particular.
14. A maioria dos funcionários deste Estabelecimento Prisional é honesta e de confiança	16.Confio na maioria dos funcionários
29.Este EP ajuda-me a manter contacto com a minha família.	30.A maioria dos funcionários é justo com os/as reclusos/as quando aplicam as regras
43.As/os enfermeiras/os deste estabelecimento cuidam de mim.	44.No geral, as relações entre os guardas e os reclusos são boas.
45.Posso sempre contar com a ajuda de um guarda quando preciso.	46.Pessoalmente, gosto da maioria dos guardas
49.É fácil fazer-me entender com os funcionários.	51.O processo de acolhimento neste Estabelecimento Prisional ajudou-me a saber o que esperar a cada dia.
52.Quando me sinto em baixo, tenho alguém com quem posso falar.	57. Os guardas ajudam-me a manter esperança.

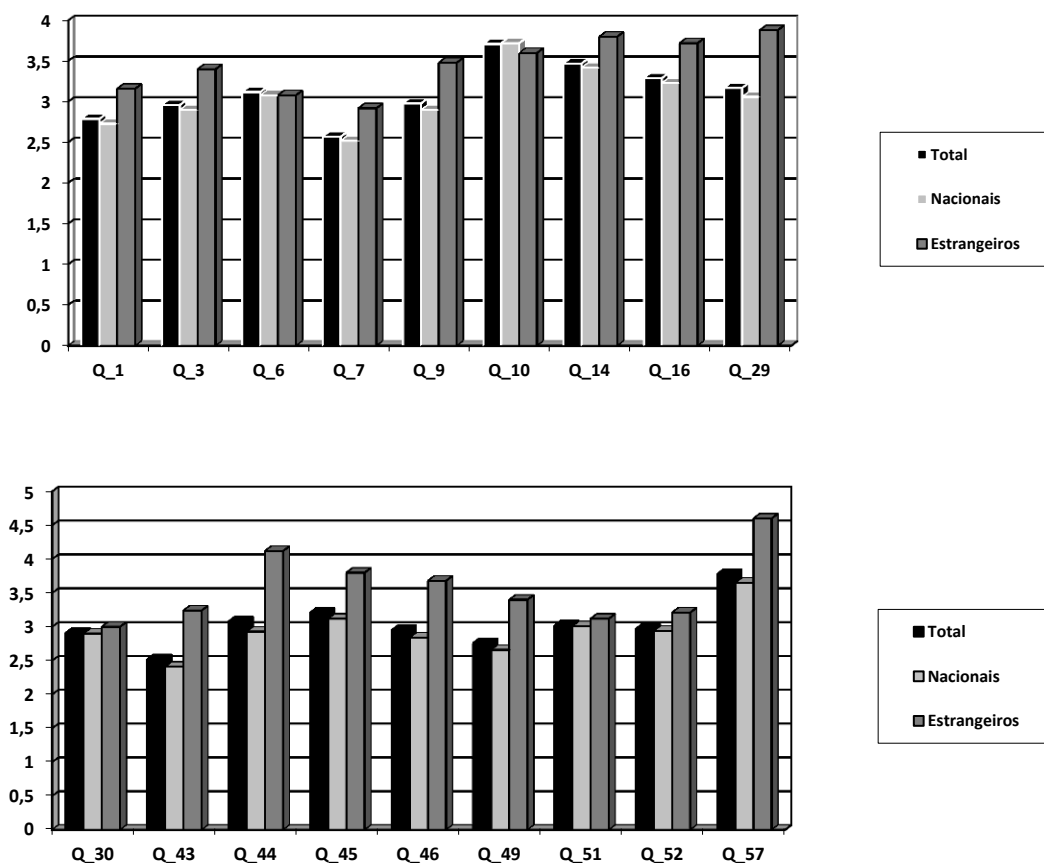
Tabela 2: Dimensão Cuidados do EP

Cuidados do EP	
12. O EP oferece os cuidados necessários a vítimas de abuso ou de violência doméstica	13. O EP oferece os cuidados necessários a vítimas de tortura.
24.As pessoas que não falam Português não passam dificuldades	26.Os funcionários prestam cuidados a quem se magoa ou se tenta suicidar
31. A maioria dos funcionários explica aos reclusos estrangeiros as situações processuais	38.Os/as reclusos/as de diferentes religiões dão-se bem.
48.É fácil conseguir um tradutor quando é preciso.	63. O EP é bom a melhorar o bem-estar dos/as reclusos/as que têm problemas com drogas.

No gráfico seguinte é apresentado a média de resposta de cada grupo, em cada item da dimensão de percepção da qualidade das relações, podemos observar de forma

geral que os reclusos estrangeiros apresentam maioritariamente valores mais elevados, o que coincide com a discordância desse item, realçando assim a sua menor qualidade no que concerne às relações estabelecidas com o *staff* prisional (Gráfico 1).

Gráfico 1. Dimensão da qualidade das relações



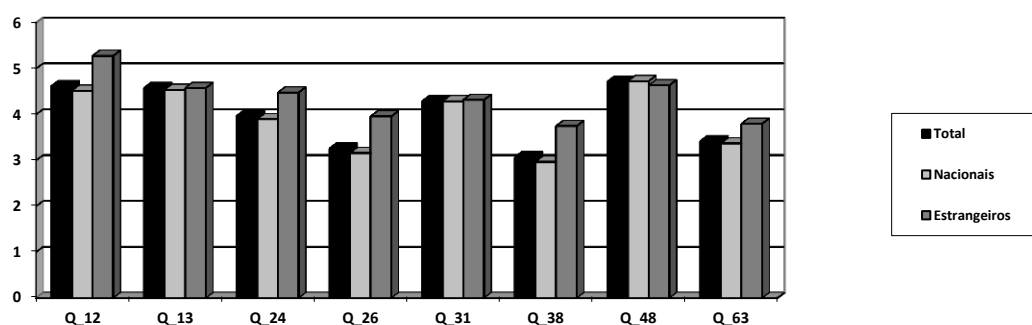
Ao analisar detalhadamente o gráfico 1, podemos ver que os reclusos estrangeiros tendem a estar acima da média de respostas em cada item, o que provavelmente indica menor perceção de qualidade, contudo só com os testes de significância podemos ter a certeza. Os casos mais realçados são nos itens “Este EP ajuda-me a manter contacto com a minha família” (Q_29), “ No geral, as relações entre os guardas e os reclusos são boas” (Q_44), “ Pessoalmente, gosto da maioria dos guardas” (Q_46) e “ Os guardas ajudam-me a manter esperança” (Q_57). Contrariamente, há um item que os reclusos estrangeiros responderam inferiormente tendo em conta a média, “Tenho sido ajudado significativamente por um guarda, devido a um problema particular” (Q_10), todavia não apresenta valores de concordância,

evidenciando que a percepção de ajuda por um guarda em particular é maior do que relativamente ao *staff* global.

Podemos ainda observar, que no item 7 “A maioria dos guardas dirige-se e fala comigo com respeito” a média de resposta (2.92, DP=1.26) encontra-se num patamar de concordância, sendo por isso um item positivo para os dois grupos.

Relativamente à segunda dimensão, cuidados do EP face à vulnerabilidade explícita, o panorama é semelhante. Contudo, os reclusos nacionais também apresentam valores de menor percepção, no entanto de forma mais contida. Podendo haver nestes resultados, uma vez serem a média das respostas, influência dos que responderam não saberem ou não se aplica (Gráfico 2). De igual forma à dimensão anterior, os valores mais elevados são apresentados pelo grupo de nacionalidade estrangeira.

Gráfico 2. Dimensão Cuidados do EP



3.3.Comparação entre grupos

Neste ponto iremos apresentar as diferenças entre os grupos em estudo, reclusos nacionais e estrangeiros, tendo em conta cada dimensão, bem como cada item individualmente.

3.3.1. Qualidade das relações

Relativamente ao primeiro fator (score total) em estudo, os valores variam entre os 21 e os 88, sendo que valores mais elevados correspondem a uma menor qualidade nas relações percebidas. A média de respostas total é de 55,95 (DP= 13.72), no entanto olhando especificamente para cada grupo os nacionais apresentam uma média de 54,44 (DP= 13.04) e estrangeiros 66,13 (DP= 14.07).

A comparação dos grupos na dimensão (score total) podemos concluir que ao nível da dimensão da qualidade das relações há diferenças significativas entre reclusos nacionais e estrangeiros, $U = 934,0$ $p = .000$, percecionando desta forma, os reclusos estrangeiros uma menor qualidade nas relações.

Contudo para explicar melhor os resultados encontrados, iremos mostrar na tabela seguinte os valores encontrados no teste *Mann-Whitney* para cada item. É de ressaltar, que são apresentadas as médias da ordem, sendo que quanto mais diferença houver entre os valores mais diferem na opinião relativamente à questão.

Itens	Nacionais (Ordem média)	Estrangeiros (Ordem média)	U	Sig
1.A maioria dos guardas são amáveis comigo	94.75	112.12	1722	0.132
3.A maioria dos funcionários demonstra preocupação e compreensão comigo.	93.96	117.42	1589.5***	0.041
6. Neste estabelecimento preocupam-se comigo.	94.05	105.52	1751.5	0.325
7. A maioria dos guardas dirige-se e fala comigo com respeito	94.10	112.56	1686	0.102
9. A maioria dos funcionários trata com respeito e ouve atentamente.	93.43	120.98	1500.5***	0.017
10.Tenho sido ajudado/a significativamente por um/a guarda, devido a um problema particular.	98.77	94.68	2042	0.856
14. A maioria dos funcionários deste Estabelecimento Prisional é honesta e de confiança	95.04	110.14	1771.5	0.197
16.Confio na maioria dos funcionários	93.48	116.68	1583***	0.045
29.Este EP ajuda-me a manter contacto com a minha família.	92.98	124	1425***	0.008
30.A maioria dos funcionários é justo com os/as reclusos/as quando aplicam as regras	93.26	118.14	1546.5***	0.032
43.As/os enfermeiras/os deste estabelecimento cuidam de mim.	93.67	119.40	1540***	0.024
44.No geral, as relações entre os guardas e os reclusos são boas.	90.77	138.86	1053.5***	0.000
45.Posso sempre contar com a ajuda de um guarda quando preciso.	93.49	120.60	1510***	0.020
46.Pessoalmente, gosto da maioria dos guardas	91.26	127.50	1287.5***	0.002
49.É fácil fazer-me entender com os funcionários.	92.96	124.12	1422***	0.006
51.O processo de acolhimento neste Estabelecimento Prisional ajudou-me a saber o que esperar a cada dia.	94.04	97.48	1963	0.761
52.Quando me sinto em baixo, tenho alguém com quem posso falar.	94.15	104.85	1767.5	0.356
57. Os guardas ajudam-me a manter esperança.	91.11	132.48	1188***	0.000

Perante os resultados, e considerando o nível de significância, das 18 questões que constituem esta dimensão, em apenas 7 não há diferenças de percepção entre os dois grupos, variando em conteúdo, visto serem itens de relação pessoal com o *staff*, bem como de confiança e ajuda.

Nos outros itens, onde as diferenças são significativas os reclusos de nacionalidade estrangeira evidenciam discordar com as afirmações apresentadas, pois consideram que a qualidade das relações estabelecidas não é positiva, realçando mais uma vez a percepção de menor qualidade destas. Ao analisar as diferenças existentes entre os dois grupos, podemos confirmar as conclusões previamente retiradas da média das respostas, no que concerne as relações pessoais com o *staff* as percepções são diferentes, deixando a questão se a nacionalidade é a razão para esta divergência.

3.3.2. Cuidados do EP face a situações de vulnerabilidade explícita

Por outro lado, no segundo fator (score total), os valores variam entre 23 e 53, estando a mesma correlação presente, valores mais elevados equivalem a menores cuidados prestados, os reclusos estrangeiros apontam para números mais elevados relativamente à percepção que possuem dos cuidados que o estabelecimento presta em caso de vulnerabilidade. Especificamente os reclusos nacionais apresentam em média 35.55 (DP= 7.95) enquanto os de nacionalidade estrangeira 39.37 (DP= 6.5).

Contudo, ao analisar a dimensão no seu score total deparamo-nos com diferenças significativas, ou seja, a percepção relativamente aos cuidados que o EP presta face à vulnerabilidade explícita, os reclusos estrangeiros apresentam uma percepção menor tendo em conta os cuidados prestados, $U= 1310, p = .013$.

Tal como na primeira dimensão, no que concerne aos cuidados do EP, achamos pertinente comparar cada item da dimensão, e por fim o seu score total, para compreender as diferenças significativas existentes. Assim, para cada item desta dimensão os valores encontrados apresentam-se na tabela seguinte. É de ressaltar, que tal como anteriormente os valores referem-se à ordem da média.

Itens	Nacionais (Ordem média)	Estrangeiros (Ordem média)	U	Sig
12. O EP oferece os cuidados necessários a vítimas de abuso ou de violência doméstica	93.17	118.76	1531***	0.021
13. O EP oferece os cuidados necessários a vítimas de tortura	95.07	106.02	1849.5	0.330
24.As pessoas que não falam Português não passam dificuldades	92.38	116.12	1547***	0.040
26.Os funcionários prestam cuidados a quem se magoa ou se tenta suicidar	94.3	115.14	1646.5	0.072
31. A maioria dos funcionários explica aos reclusos estrangeiros as situações processuais	96.90	93.84	2021	0.787
38.Os/as reclusos/as de diferentes religiões dão-se bem.	93.91	114.6	1581.5	0.075
48.É fácil conseguir um tradutor quando é preciso.	97.46	86.28	1832	0.315
63. O EP é bom a melhorar o bem-estar dos/as reclusos/as que têm problemas com drogas.	94.15	108.3	1767.5	0.225

Nesta dimensão só existe diferenças significativas entre os dois grupos em dois itens, referentes às vítimas de violência doméstica ou tortura, bem como sobre não passarem dificuldades os que não falam português.

Assim, em forma de resumo, na comparação da perceção dos reclusos nacionais e estrangeiros relativamente à qualidade das relações e aos cuidados do EP face à vulnerabilidade, no seu total, podemos observar que em ambas as dimensões os reclusos de nacionalidade estrangeira apresentam valores mais elevados, correspondendo desta forma a uma menor qualidade de vida.

4. Discussão

Os resultados encontrados na nossa investigação referem que há diferenças na perceção de qualidade de vida entre reclusos nacionais e estrangeiros, havendo maior evidência na perceção da qualidade das relações.

Na primeira dimensão, qualidade das relações, dos 18 itens que a constituem, não há diferenças significativas entre os grupos em 7 itens, variando em conteúdo, visto serem itens de relação pessoal com o *staff*, bem como de confiança e ajuda.

Os reclusos estrangeiros são os que apresentam uma menor perceção, contudo diferem quando se fala do *staff* no seu global ou de um guarda em particular. Referente a um guarda que tenha ajudado, os valores apresentados evidenciam uma maior qualidade contrariamente ao *staff* no seu geral. Um dado evidenciado, bastante interessante, é o facto de relativamente há confiança nos trabalhadores, sejam guardas

ou funcionários, não haver diferenças significativas entre os dois grupos, apresentando ambos valores elevados, ou seja, demonstrando a discordância com os itens relativos aos *staff* ser de confiança. Estes resultados vão de encontro às conclusões encontradas por Bosworth e Kellezi (2012) onde a maioria dos imigrantes detidos referiram fracas componentes relacionais e sentimentos de desconfiança com outros detidos e com o *staff*.

A criminalização dos imigrantes, como vimos anteriormente, aparece frequentemente associado ao conceito de inimigo sendo percecionado com toda a negatividade relacionada com essa conceção (Guia, 2010b), este pode ser um fator que influencia os resultados obtidos. É ainda de ressaltar, que os guardas prisionais vão tendo perceções diferentes relativamente a estes grupos minoritários (Gomes, 2011), o que pode persuadir a forma como estes se relacionam com a população reclusa estrangeira.

Para além disso, há que ter conta que a adaptação ao estabelecimento prisional se baseia em diversos fatores, como por exemplo a aceitação do papel de subordinado, acumulação de informações sobre a prisão, a sua maior ou menor rede de sociabilidade externa à prisão, fatores de personalidade e aceitação ou não da cultura prisional (Silva, 2012), o que varia tendo em conta o estilo administrativo e o autocontrolo dos indivíduos (Moreira, 2012). Estas são algumas dimensões que por vezes podem diferir nas populações em estudo, o que conseqüentemente se tornará numa perceção menor na qualidade de vida em detenção.

Novais e colaboradores (2010) no seu estudo concluíram que a perceção dos reclusos relativamente ao suporte sentido varia consoante o relacionamento com os outros, sejam guardas ou reclusos, na sua adaptação positiva ao novo ambiente. No nosso estudo, vemos que uma menor perceção da qualidade das relações se reflete na perceção de qualidade de vida, ou seja, ao percecionarem relações de menor qualidade a sua convivência não será positiva, bem como a sua adaptação dificultada.

No que concerne aos cuidados prestados pelo EP face a vulnerabilidade explícita, não há grandes diferenças significativas entre os dois grupos. Nesta dimensão, dos 8 itens que a constituem, há diferenças em dois, nomeadamente ao tratamento a vítimas de violência doméstica ou tortura e relativamente a quem não fala português não passa dificuldades.

Estas divergências podem ocorrer por diversos motivos, primeiramente por no item da violência doméstica, os inquiridos de nacionalidade estrangeira não terem conhecimento da realidade, ou seja optarem por responderem não sei/ não se aplica

enquanto os nacionais com o conhecimento de causa respondem de forma mais equilibrada dando a sua opinião. Por outro lado, no que respeita às pessoas que não falam português não passam dificuldades, pode acontecer o mesmo mas de forma invertida, isto porque não podemos esquecer que cada resposta corresponde há percepção que o individuo tem, assim os portugueses podem pensar que os estrangeiros não passam dificuldade, quando na realidade estes o sentem veemente.

Ao analisar os resultados na sua globalidade, percebemos algumas incongruências, como por exemplo itens similares apresentar em valores diferentes, bem como haver diferenças significativas entre os dois grupos enquanto noutros não. Esta realidade pode dever-se a respostas aleatórias ou há não compreensão dos itens por parte da população estrangeira.

Por outro lado, um facto também importante a salientar é a da população portuguesa, apesar das diferenças encontradas os valores apontam para uma percepção de qualidade de vida baixa, não havendo por isso em nenhum dos grupos uma percepção positiva na globalidade.

Resumidamente, o grande enfoque desta investigação, a percepção de qualidade de vida nas prisões, estudo pioneiro no nosso país, apresentam dados bastante interessantes, uma vez que os reclusos estrangeiros referem ter uma menor qualidade de vida, enfatizando a negatividade na relação com o *staff* prisional. Este fenómeno faz-nos levantar novas questões, como por exemplo a criminalização que esta população é alvo está correlacionada com esta negatividade? O presente estudo, não consegue dar resposta a esta pergunta, no entanto seria importante em investigações futuras tentar compreender se estas duas realidades se relacionam.

Contudo, é de realçar que a investigação pautou-se por algumas limitações, que devem ser tidas em conta na análise dos resultados obtidos, nomeadamente o número de reclusos estrangeiros que participaram serem bastante reduzidos comparativamente ao grupo de nacionalidade portuguesa. Outro dado a ter em conta, que possa ter enviesado os resultados, foi a forma de recolha de dados num dos estabelecimentos, visto não ter sido realizada presencialmente, dificultando provavelmente a fidedignidade dos dados.

Apesar destas limitações, os objetivos a que nos propusemos inicialmente foram cumpridos, por percebemos que há diferenças na percepção relativamente à qualidade de vida nas prisões entre reclusos estrangeiros e nacionais.

5. Referências bibliográficas:

- Almeida, L.S. & Freire, T. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (4ª. Edição). Braga: Psiquilíbrios.
- Bosworth, M. & Kellezi, B. (2012). Quality of life in detention: Results from MQLD Questionnaire data collected in IRC Yarl's wood, IRC Tinsley house and IRC Brook house. *Centre of Criminology – University of Oxford*.
- DGSP (2012). Estatísticas do número de reclusos em Dezembro de 2012
- Dores, A. P. (2000). Prisões de Portugal. *IV Congresso Português de Sociologia*
- Esteves, A. & Malheiros, J. (1999). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas: “sobre-representação” ou ilusão). *Inforgeo, 14, 77-102*
- Fonseca, G. (2008). Percursos estrangeiros na justiça penal. *VI Congresso Português de Sociologia*
- Fonseca, G. (2010). *Percursos estrangeiros no sistema de justiça penal*. Observatório da imigração
- Gomes, C., Duarte, M. & Almeida, J. (2003). Crimes, penas e reinserção social: um olhar sobre o caso português. *Actas do atelier do V Congresso Português de Sociologia, 27-34*
- Gomes, S. (2011). *Criminalidade, etnicidade e desigualdades*. Braga: Universidade do Minho
- Gomes, S. (2012). Grupos étnicos e estrangeiros em contexto prisional: representações de guardas prisionais e elementos da direcção. *VII Congresso Português de Sociologia*
- Guia, M. J. (2009). *Reclusos Brasileiros: breve caracterização*. Unpublished Doutoramento, Faculdade de direito e faculdade de economia – Universidade de Coimbra, Coimbra
- Guia, M. J. (2010a). Imigração e crime violento: verdades e mitos. *Anais do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*

- Guia, M. J. (2010b). Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: que relação?. *O Cabo dos trabalhos, n°4, 1-16*
- Guia, M.J. (2010c). *Imigração e criminalidade violenta: Mosaico da reclusão em Portugal*. Lisboa: SEF
- Guia, M. J. (2013). Imigração, crime e crimigração: alteridades e paradoxos. *VII Congresso Português de Sociologia*
- Hostettler, U. & Achermann, C. (2008). Cidadãos estrangeiros em duas prisões da Suíça: vida prisional, reabilitação e destino pós-reclusão. In Cunha, M. I. (ed.), *Aquém e Além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*. Lisboa: 90ª Editora
- Mestre, A. (2000). Qualidade de vida na população prisional: no ir e no estar. *Dissertação de Mestrado. Lisboa*
- Moreira, N. (2012). Vitimização entre reclusos: a relevância da cultura prisional. *Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias, 2*, ISSN: 2238-1678
- Novais, F, Ferreira, J. & Santos, E. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *Psychologica, 52, 209-242*
- Ribeiro, J. S. (1999). Investigação e avaliação em Psicologia e Saúde. *Climepsi Editores*.
- Seabra, H. M. (2004). Criminalidade de Estrangeiros Julgada em Portugal. Retrieved Março/19, 2013, from http://janusonline.pt/2004/2004_3_4_11.html
- Seabra, H. & Santos, T. (2006). *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*. Observatório da imigração:19
- Silva, C. (2012). A vida de ex-reclusos, por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social. *Dissertação de Mestrado. Porto*
- Wacquant (1999). As prisões da Miséria. *Coletivo Sabotagem*

III. Conclusões

A população estrangeira residente no nosso país tem diminuído ao longo dos anos, totalizando, no final de 2012, 417.042 cidadãos. Este valor representa um decréscimo de 4,53% face ao ano anterior. Cerca de metade destes cidadãos são oriundos de países de língua portuguesa (48%), destacando-se o Brasil (25,3%), Cabo Verde (10,3%), Angola (4,9%) e Guiné-Bissau (4,3%). As demais nacionalidades mais relevantes são a Ucrânia (10,6%) e a Roménia (8,4%). Em termos da distribuição geográfica da população estrangeira residente, evidenciam-se ainda os distritos do Porto (23.440), Leiria (15.742), Santarém (13.362) e Aveiro (13.176) (SEF, 2013).

No que concerne à população estrangeira reclusa, esta tem vindo a aumentar desde o ano 2000 de uma percentagem de 12,2% para cerca de 19%, mantendo-se estável nos últimos anos (Matos *et al.*, 2013). Contudo, mediante os presentes valores, vemos que a população de outra nacionalidade no nosso país é representativa, estando algumas destas nacionalidades também referenciadas como as mais presentes na população reclusa.

Perante a literatura encontrada, a qualidade de vida nas prisões era uma questão ainda não estudada no nosso país, através deste estudo foi possível compreender que existem diferenças entre reclusos nacionais e estrangeiros relativamente ao fenómeno, apresentando os últimos, valores mais elevados, alertando para algumas questões.

O estudo apresenta duas dimensões essenciais e bastante presentes numa perceção de qualidade de vida em detenção positiva. Isto porque a perceção dos dois fatores influencia o objeto em estudo. Depreende-se que as relações com o *staff* prisional no seu geral, não estão de acordo com o que seria de esperar, pois ambos os grupos apresentam discordância na confiança e honestidade pela parte dos profissionais, evidenciando assim a negatividade do ambiente em que as pessoas vivem, dificultando assim uma perceção positiva.

Percebemos ainda, que apesar das diferenças encontradas entre os reclusos portugueses e estrangeiros, na sua totalidade nenhum dos grupos apresentava valores de maior perceção de qualidade de vida.

Assim, é de rever a qualidade de vida em detenção desta população, uma vez que a perceção é baixa, dificultando deste modo uma boa adaptação ao novo contexto, que por si só já é um ambiente repressor, repercutindo consequências a nível psicológico nos indivíduos. Deste modo é de grande importância aprofundar esta temática, pois tem implicações a nível prático.

O presente estudo foi relevante na medida em que contribuiu para o conhecimento científico sobre o modo como cidadãos, estrangeiros e nacionais,

percecionam a qualidade de vida em reclusão. Esta problemática tem sido pouco estudada, nacional e internacionalmente, pelo que os resultados do estudo desenvolvido trazem importantes pistas para investigação futura.

Um desses exemplos pauta-se pela compreensão destas perceções, se são consequentes da criminalização da população estrangeira, se por outro lado pelas relações com o *staff* prisional. Seria ainda importante compreender os motivos que levaram a população reclusa a percecionarem negativamente as relações e de que forma estas influenciam a convivência e a sua adaptação ao meio prisional.

Por fim, penso ainda ser relevante em estudos futuros, analisar possíveis mudanças a implementar nestas instituições de forma a melhorar o quotidiano desta população.

Deve-se, contudo, ter em atenção as limitações deste estudo, como por exemplo a composição dos grupos, de forma a conseguir representatividade da população reclusa, visto a população estrangeira estar sobre representada nos nossos estabelecimentos prisionais, e no nosso estudo o número de participantes ser reduzido. Uma outra limitação encontrada foi a dificuldade de comunicação pela diferença linguística, uma vez que alguns reclusos não participaram por não falarem português ou inglês e outros não compreenderem alguns itens apresentados, considerando-os complexos.

IV. Referências Bibliográficas:

- Almeida, L.S. & Freire, T. (2007). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação* (4ª. Edição). Braga: Psiquilíbrios.
- Barreto, M. L. (2006). Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. *Psicologia, Ciência e profissão*, 26 (4), 582-593
- Bento, L. H. (2012). Agressividade, violência e aprisionamento: considerações acerca da condição humana, da sociabilidade e do fenómeno prisional e seus efeitos. *Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias*, 3, ISSN: 2238-1678
- Bosworth, M. & Kellezi, B. (2012). Quality of life in detention: Results from MQLD Questionnaire data collected in IRC Yarl's wood, IRC Tinsley house and IRC Brook house. *Centre of Criminology – University of Oxford*.
- DGSP (2012). Estatísticas do número de reclusos em Dezembro de 2012
- Dores, A. P. (2000). Prisões de Portugal. *IV Congresso Português de Sociologia*
- Esteves, A. & Malheiros, J. (1999). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas: “sobre-representação” ou ilusão). *Inforgeo*, 14, 77-102
- Fonseca, G. (2008). Percursos estrangeiros na justiça penal. *VI Congresso Português de Sociologia*
- Fonseca, G. (2010). *Percursos estrangeiros no sistema de justiça penal*. Observatório da imigração
- Gomes, C., Duarte, M. & Almeida, J. (2003). Crimes, penas e reinserção social: um olhar sobre o caso português. *Actas do atelier do V Congresso Português de Sociologia*, 27-34
- Gomes, S. (2011). *Criminalidade, etnicidade e desigualdades*. Braga: Universidade do Minho
- Gomes, S. (2012). Grupos étnicos e estrangeiros em contexto prisional: representações de guardas prisionais e elementos da direcção. *VII Congresso Português de Sociologia*

- Guia, M. J. (2009). *Reclusos Brasileiros: breve caracterização*. Unpublished Douturamento, Faculdade de direito e faculdade de economia – Universidade de Coimbra, Coimbra
- Guia, M. J. (2010a). Imigração e crime violento: verdades e mitos. *Anais do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*
- Guia, M. J. (2010b). Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: que relação?. *O Cabo dos trabalhos, n°4, 1-16*
- Guia, M.J. (2010c). *Imigração e criminalidade violenta: Mosaico da reclusão em Portugal*. Lisboa: SEF
- Guia, M. J. (2013). Imigração, crime e crimigração: alteridades e paradoxos. *VII Congresso Português de Sociologia*
- Hostettler, U. & Achermann, C. (2008). Cidadãos estrangeiros em duas prisões da Suíça: vida prisional, reabilitação e destino pós-reclusão. In Cunha, M. I. (ed.), *Aquém e Além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*. Lisboa: 90ª Editora
- Matos, R. & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social, 185*, 1041-1054.
- Matos, R., Barbosa, M., Salgueiro, G. & Machado, C. (2013). Cidadãos estrangeiros em Portugal: Migrações, Crime e Reclusão. *Psicologia, 27* (1), 33-45.
- Mestre, A. (2000). Qualidade de vida na população prisional: no ir e no estar. *Dissertação de Mestrado. Lisboa*
- Novais, F, Ferreira, J. & Santos, E. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *Psychologica, 52*, 209-242
- Rego, I. (2004). Sociologia da Prisão. *Sociedade e estado, 19* (1), 227-233
- Ribeiro, J. S. (1999). *Investigação e avaliação em Psicologia e Saúde*. Climepsi Editores.
- Seabra, H. M. (2004). Criminalidade de Estrangeiros Julgada em Portugal. Retrieved Março/19, 2013, from http://janusonline.pt/2004/2004_3_4_11.html
- Seabra, H. & Santos, T. (2006). *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*. Observatorio da imigração:19
- SEF (2013). Relatório de Emigração, Fronteiras e Asilo - 2012.
- Wacquant (1999). *As prisões da Miséria*. Coletivo Sabotagem.